

Instruções

Preenchimento *on-line*:

- Utilize o *Adobe Acrobat Reader*, versão 7.0.5 ou superior, o qual pode ser obtido em <http://www.adobe.com>;
- Seleccione a opção "Preenchimento e envio *on-line*";
- Recomenda-se que, após a abertura do formulário, seleccione a opção "*Highlight Fields*" ("Realçar Campos"), funcionalidade que facilita a identificação dos campos de preenchimento obrigatório;
- Depois de preencher, submeta o seu pedido utilizando o botão "Concluir", localizado no fim da última página do requerimento (se os dados introduzidos não estiverem de acordo com os da CGA, receberá um e-mail com um link de acesso ao formulário, para rectificar os campos destacados a vermelho);
- Após a validação do pedido, a CGA envia um e-mail com dois ficheiros anexos:
 - **Comprovativo** do requerimento apresentado e
 - **Folha de Rosto** destinada, se necessário, a capear documentos complementares indispensáveis à instrução do processo;
- Deve imprimir, datar e assinar a primeira página do comprovativo do requerimento e remetê-la para **Caixa Geral de Aposentações, Av. 5 de Outubro, 175, 1069-307 Lisboa**, juntamente com a documentação adicional, caso exista.

A instrução do requerimento só terá início após recepção na CGA destes elementos.

- Se posteriormente tiver de remeter outros documentos complementares para a instrução do processo, imprima e envie a folha de rosto com esses documentos.

Preenchimento manual:

- Seleccione a opção "Impressão para preenchimento manual";
- Imprima o requerimento;
- Preencha completamente o requerimento e, depois de o datar e assinar, remeta-o para **Caixa Geral de Aposentações, Av. 5 de Outubro, 175, 1069-307 Lisboa**, juntamente com a documentação adicional, caso exista.

Preencha/Assinale os campos de acordo com o pedido pretendido.

O preenchimento completo do **Requerimento de Pensão de Sobrevivência, Reembolso das Despesas de Funeral e Subsídio por Morte** é condição necessária para a aceitação pela CGA do pedido deduzido.

Pensão de Sobrevivência:

A pensão de sobrevivência consiste numa prestação pecuniária mensal, cujo montante é determinado em função da pensão de aposentação.

Relativamente aos subscritores aposentados com base no regime em vigor até 31 de Dezembro de 2005 e aos falecidos no activo, inscritos até 31 de Agosto de 1993, que se aposentariam com base nesse regime, é de aplicar o **Estatuto das Pensões de Sobrevivência (EPS)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/73, de 31 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 191-B/79, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 283/84, de 22 de Agosto, Decreto-Lei n.º 343/91, de 17 de Setembro, Decreto-Lei n.º 78/94, de 9 de Março, e Decreto-Lei n.º 71/97, de 3 de Abril e Despacho Normativo n.º 5/2006, de 19 de Dezembro. (Estatuto das Pensões de Sobrevivência actualizado e disponível em www.cga.pt).

Relativamente aos aposentados com base no regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2006 e aos falecidos no activo que se aposentariam com base nele, bem como aos subscritores inscritos a partir de 1 de Setembro de 1993, é aplicável o **regime da segurança social** aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de Outubro, pelo Decreto Regulamentar n.º 1/94, de 18 de Janeiro, pela Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, em cumprimento do disposto na Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro.

Subsídio por Morte:

A Caixa Geral de Aposentações só paga o subsídio por morte relativamente ao falecimento de aposentados ou reformados e de professores, no activo, do ensino particular e cooperativo.

O subsídio por morte não é devido sempre que subsídio de idêntica natureza seja concedido por outro regime de segurança social.

O Subsídio de Morte é uma prestação de atribuição única igual a seis vezes o valor da pensão mensal ilíquida. No caso dos professores, no activo, do ensino particular e cooperativo, o subsídio por morte é igual a seis vezes o valor da remuneração mensal sujeita a desconto de quota para aposentação.

Reembolso das Despesas de Funeral:

Na falta de titulares do direito ao Subsídio por Morte, tem direito ao reembolso das Despesas de Funeral a pessoa que prove tê-las realizado.

O reembolso das despesas de funeral não é devido sempre que prestação de idêntica natureza seja concedida por outro regime de segurança social.

Quadro 1 – Identificação do benefício requerido

Indique qual o benefício que está a requerer colocando o sinal no quadrado respectivo. Os benefícios que pode requerer por via deste requerimento são:

- Pensão de Sobrevivência
- Reembolso de Despesas de Funeral
- Subsídio por Morte

Nota: O subsídio por morte não é acumulável com o reembolso de despesas de funeral. Se requereu os dois benefícios indique o motivo no **Quadro 9**.

Quadro 2 – Identificação do requerente

- **Nome** – Nome completo conforme bilhete de identidade.
- **Relação com o falecido** – Indique uma das seguintes opções:

- | | |
|---------------------------------------|---|
| <input type="radio"/> Cônjuge; | <input type="radio"/> Pais; |
| <input type="radio"/> Ex-cônjuge; | <input type="radio"/> Avós; |
| <input type="radio"/> União de facto; | <input type="radio"/> Irmãos; |
| <input type="radio"/> Filhos; | <input type="radio"/> Separado com direito a alimentos. |
| <input type="radio"/> Enteados; | <input type="radio"/> Outros; |
| <input type="radio"/> Netos; | |

Nota: Se está a requerer Pensão de Sobrevivência ou Subsídio por Morte e se indicou “Outros”, especifique no **Quadro 9**.

Se a relação com o falecido for diferente de cônjuge, ex-cônjuge, união de facto ou separado deve, também, preencher o **Quadro 7**.

- **Data de nascimento** – No formato Ano-Mês-Dia (AAAA-MM-DD).
- **Sexo** – Indique uma das seguintes opções:
 - M – Masculino;
 - F – Feminino.
- **Vivia em comunhão de mesa e habitação com o falecido?** – Indique se vivia ou não em comunhão de mesa e habitação com o falecido. **Obrigatório** se foi assinalado **Subsídio por morte**.
- **Nacionalidade** – Indique a nacionalidade.
- **Estado civil** – Indique uma das seguintes opções:

<input type="radio"/> Solteiro;	<input type="radio"/> Separado judicialmente de pessoas e bens;
<input type="radio"/> Casado;	<input type="radio"/> União de Facto;
<input type="radio"/> Divorciado;	<input type="radio"/> Separado de Facto.
<input type="radio"/> Viúvo;	

- **Doc. identificação** – Indique uma das seguintes opções:
 - BI / Cartão de Cidadão;
 - Cédula;
 - Passaporte.
- **N.º Ident.** - Indique o número de identificação civil correspondente ao “**Doc. identificação**”.
- **NIF** - Número de Identificação Fiscal.
- **Código bairro fiscal** - Código da repartição de finanças do domicílio fiscal.
- **Morada e Localidade** - Endereço postal.
- **País** - Indique o correspondente ao endereço postal.
- **Código postal** - Indique o código, sequência e designação postais correspondentes ao endereço postal.
- **Localidade postal** - Indique a correspondente ao endereço postal.
- **Telefone** – Número de telefone para contacto.
- **E-mail** – Endereço de correio electrónico para informação de contacto.
- **Telemóvel** – Número de telemóvel para contacto.

Quadro 3 - Elementos relativos à pessoa falecida

Ver instruções de preenchimento do **Quadro 2 – Identificação do requerente**.

- **N.º da CGA** – Número que identifica a pessoa falecida perante a CGA.
- **Relação com a CGA** – Indique umas das seguintes opções;
 - Activo;
 - Ex-funcionário;
 - Aposentado/Reformado;
- **Data de falecimento** - No formato Ano-Mês-Dia (AAAA-MM-DD).
- **Filiação (Pai e Mãe)** – Indique o nome completo do pai e da mãe.

A seguinte informação é obrigatória quando a Relação do falecido com a CGA é **Activo** ou **Ex-Funcionário**:

- **Efectuou descontos para o regime geral da Segurança Social?** Indique se efectuou descontos para o regime geral da Segurança Social e, em **caso afirmativo**, deve indicar o **N.º de Beneficiário** e responder às 2 perguntas seguintes:
 - **Era pensionista do Instituto da Segurança Social?** - Indique se era pensionista do Instituto da Segurança Social.
 - **Pretende beneficiar da pensão unificada?** - Indique se pretende beneficiar do regime de pensão unificada. A opção só poderá ser considerada caso tenha respondido "Não" à questão anterior. Se algum dos habilitandos não pretender a aplicação deste regime deve ser feita menção ao facto no **Quadro 9**.
A falta desta indicação impedirá a normal instrução do processo.
- **Trabalhou no estrangeiro?** - Indique se trabalhou no estrangeiro.
 - **País** – Esta informação é obrigatória se respondeu afirmativamente à questão anterior.
- **Último serviço onde exerceu funções** – Indique o nome do serviço onde exerceu funções.
- **Causa da morte** – Indique umas das seguintes opções;
 - Acidente;
 - Acidente em serviço;
 - Doença natural;
 - Doença profissional;
 - Outra;
- **Especifique** – Se a causa da morte indicada tiver sido "Outra", especifique qual.

Quadro 4 – Modo de pagamento

- **Forma de pagamento** - Indique uma das seguintes opções:
 - **Crédito em conta** - Nesta opção deve indicar no campo **É titular da conta bancária da CGD cujo NIB é** o Número de Identificação Bancária da conta. Deve indicar ainda a seguinte informação:
 - **Único titular?** – Indique se é ou não o único titular da conta.
 - **Co-titular/Autorizado** – A preencher caso não seja o único titular da conta.

O Número de Identificação Bancária é constituído por 21 algarismos. Se tiver dúvidas quanto ao seu preenchimento, consulte a sua Instituição Bancária ou remeta **fotocópia**, bem legível, de um **cheque em branco** ou da **1.ª página da respectiva caderneta**.

Poderá indicar a conta de outra instituição de crédito, desde que esta tenha acordo com a SIBS.

A falta de indicação do número de conta impede o pagamento da pensão em devido tempo.

- **Crédito em conta no estrangeiro** - Apenas aplicável se residir no estrangeiro. Nesta opção deve remeter, em anexo, **documento bancário** com a seguinte informação:
 - Unidade monetária utilizada na transferência;
 - Informação do banco internacional:
 - Nome / Agência;
 - Número de conta;
 - IBAN (só aplicável ao espaço Euro);
 - SWIFT.

- **Cheque sobre estrangeiro** - Apenas aplicável se residir no estrangeiro. Nesta opção deve informar, no Quadro 9 – Observações, se pretende, ou não, que o cheque lhe seja enviado em sobrescrito registado.

Quadro 5 - Autenticação do requerente

Assinale a declaração no campo respectivo e preencha a restante informação.

- **Data** - No formato Ano-Mês-Dia (AAAA-MM-DD).
- **Assinatura** - Assinatura do requerente conforme bilhete de identidade.

Nota: Se o requerimento for assinado a rogo, deve ser remetida fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão e indicada a morada da pessoa que assinou o requerimento.

Quadro 6 – Informação adicional do requerente ou do habilitando

Caso o benefício requerido seja Pensão de Sobrevivência ou Subsídio por Morte indique se está a receber outra Pensão por:

- Acidente de trabalho
- Doença profissional
- Outro regime de segurança social
- Outro país
- Outra

Indique para cada uma das possibilidades anteriores uma das seguintes opções:

- Não requereu;
- Requereu;
- Está a receber.

Caso esteja a receber alguma das pensões anteriormente referidas deve indicar a seguinte informação:

Valor mensal	Nº de Beneficiário	Nome entidade que concedeu a pensão
--------------	--------------------	-------------------------------------

Quadro 7 – Identificação dos habilitandos

Se a relação do requerente com o falecido for diferente de cônjuge, ex-cônjuge, união de facto ou separado deve, também, preencher este quadro.

Ver instruções de preenchimento do **Quadro 2 – Identificação do requerente**.

- **Situação escolar** – Obrigatório se foi assinalado **Pensão de Sobrevivência**. Indique uma das seguintes opções:
 - Não colocado;
 - Matriculado;
 - Frequência;
- **Grau de ensino** – Obrigatório se foi assinalado **Pensão de Sobrevivência**. Indique uma das seguintes opções:
 - 3º Ciclo do Ensino Básico;
 - Ensino Secundário;
 - Ensino Superior;
 - Ensino Especial.
- **Ano de frequência** – Obrigatório se foi assinalado **Pensão de Sobrevivência**.
 - Se **grau de ensino** for **3º Ciclo do Ensino Básico** então indique uma das seguintes opções: 7º ano; 8º ano ou 9º ano.
 - Se **grau de ensino** for **Ensino Secundário** então indique uma das seguintes opções: 10º ano; 11º ano ou 12º ano.
 - Se **grau de ensino** for **Ensino Superior** então indique uma das seguintes opções: 1º ano; 2º ano; 3º ano; 4º ano; 5º ano; 6º ano; Doutoramento; Estágio; Tese ou Mestrado.
- **Situação profissional** – Obrigatório se foi assinalada **Pensão de Sobrevivência**.
- **Rendimentos Mensais** – Se o habilitado tem rendimentos, indique o valor mensal. Indique também a **origem** desses rendimentos.
- **Pretende beneficiar da pensão unificada?** – Indique se pretende beneficiar do regime da pensão unificada.
- **Encontra-se a cargo do requerente?** – Indique se se encontra ou não a cargo do requerente. Obrigatório se foi assinalado **Pensão de Sobrevivência** ou **Subsídio por Morte** e o **habilitado seja menor de idade**. Em caso negativo, indique o nome do **representante legal**.
- **Vivia em comunhão de mesa e habitação com o falecido?** – Indique se vivia ou não em comunhão de mesa e habitação com o falecido. Obrigatório se foi assinalado **Subsídio por morte**.
- **Representante Legal** - Nome completo conforme bilhete de identidade.
- **Sofre de incapacidade permanente e total para o trabalho?** – Indique se sofre ou não de incapacidade permanente ou total para o trabalho. Obrigatório se foi assinalado **Pensão de Sobrevivência** ou **Subsídio por Morte** e o **habilitado seja maior de idade**. Em caso afirmativo, indique o **nº de identificação da segurança social**, caso seja beneficiário, titular de prestação familiar ou de qualquer pensão.
- **Está impossibilitado de receber a pensão de modo permanente?** – Obrigatório se foi assinalado **Pensão de Sobrevivência** ou **Subsídio por Morte**. Em caso afirmativo, preencha os seguintes campos:
 - **Existe interdição judicial** – Indique se existe ou não interdição judicial.
 - Caso exista interdição judicial, preencha os campos referentes ao **tutor do habilitado**. Caso não exista interdição judicial, preencha os campos relativos à **pessoa que superintende na assistência do habilitado**.

Informações

Herdeiros hábeis no regime do Estatuto das Pensões de Sobrevivência		Herdeiros hábeis no regime das pensões de sobrevivência no âmbito da segurança social	
Cônjuge sobrevivente	Independentemente de qualquer requisito	Cônjuge sobrevivente	Se não houver filhos do casamento, ainda que nascituros, o direito depende de o casamento ter ocorrido pelo menos 1 ano antes da data do óbito, excepto quando este resulte de acidente ou de doença contraída ou manifestada depois do casamento
Divorciada(o), separada(o) judicialmente de pessoas e bens e companheira(o)	O divorciado e o separado têm de ter direito a pensão de alimentos fixada ou homologada judicialmente e o companheiro de ter direito a alimentos reconhecido judicialmente (artigo 2020.º do Código Civil)	Divorciada(o), separada(o) judicialmente de pessoas e bens e companheira(o)	O divorciado e o separado têm de ter direito a pensão de alimentos fixada ou homologada judicialmente e o companheiro de ter direito a alimentos reconhecido judicialmente (artigo 2020.º do Código Civil)
Filhas	Solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas judicialmente de pessoas e bens que, à data do óbito do ex-contribuinte do regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 24.046, de 21 de Junho de 1934, vivessem a seu cargo (*)	Descendentes (inclui enteados)	Desde que: a) Menores de 18 anos; b) Dos 18 aos 27 anos, desde que não exerçam actividade determinante de enquadramento em qualquer regime de protecção social de inscrição obrigatória, e satisfaçam as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> • Dos 18 aos 25 anos, se matriculados em qualquer curso de nível secundário, complementar ou médio, e superior, ou a frequentar cursos de formação profissional, que não determinem enquadramento nos regimes de protecção social; • Até aos 27 anos, se estiverem a frequentar cursos de mestrado ou curso de pós-graduação, a preparar tese de licenciatura ou de doutoramento, ou a realizar estágio de fim de curso, desde que não auferam remuneração superior a dois terços do salário mínimo nacional; c) Sem limite de idade, tratando-se de deficientes, desde que,
Filhos (as)	a) Solteiros e menores de 18 anos; b) Solteiros maiores de 18 anos frequentando, com aproveitamento, curso médio ou equiparado, até aos 21 anos e curso superior ou equiparado até aos 24; c) Portadores de incapacidade permanente e total para o trabalho, verificada pela junta médica da CGA.		
Netos	Nas condições estabelecidas para os filhos e desde que sejam: a) Órfãos de pai e mãe; b) Órfãos de pai ou de mãe ou, havendo impossibilidade de exigir deste pensão de alimentos, o progenitor sobrevivente não tenha meios para prover ao seu sustento; c) Os pais estejam ausentes em parte incerta e não provejam ao seu sustento.		

			nessa qualidade, sejam destinatários de prestações por encargos familiares.
Ascendentes	Na falta de outros herdeiros hábeis e desde que, à data do óbito do contribuinte, vivessem a seu cargo e não auferam rendimentos mensais individuais (ou, se forem casados, metade dos rendimentos do casal) superiores a metade do IAS	Ascendentes	Desde que à data do óbito do contribuinte vivessem a seu cargo, se não existirem cônjuge, ex-cônjuge e descendentes com direito à mesma pensão. Consideram-se a cargo do falecido desde que não tenham rendimentos superiores ao valor da pensão social ou ao dobro desta, se forem casados.
Irmãs	Solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas judicialmente de pessoas e bens, quando não existam outros herdeiros hábeis e desde que, à data do óbito do ex-contribuinte do regime do Decreto-Lei n.º 24.046, vivessem a seu cargo (*)		

(*) Consideram-se a cargo do contribuinte quando os rendimentos, incluindo as retribuições, rendas, pensões e equivalentes, mas excluindo a pensão a que se habilitam, não ultrapassem metade do IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

Quadro 8 – Documentação adicional

Documentação a enviar – De acordo com o benefício requerido é apresentada em seguida a relação da documentação necessária para a instrução do processo.

Reembolso das Despesas de Funeral – documentos a apresentar

- Certidão de óbito do falecido;
- Recibo da agência funerária comprovativo do pagamento das despesas de funeral (original), com identificação dos serviços prestados e numerado tipograficamente. No caso de o recibo não observar este requisito, anexar a factura respectiva, emitida nos termos do n.º 5 do artigo 35.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Se se tratar de documento processado informaticamente, o mesmo deverá conter a indicação de "Processado por computador".

Subsídio por Morte – documentos a apresentar

- Certidão de óbito do falecido ou declaração do desaparecimento e das condições em que o mesmo se verificou (salvo se já tiver sido entregue com o pedido de pensão de sobrevivência);
- Prova de que o falecido contribuía regularmente para o seu sustento, emitida pela junta de freguesia da área de residência do requerente (no caso de o requerente não viver em comunhão de mesa e habitação com o falecido);
- Prova da deficiência, quando for o caso (nos termos descritos para as prestações familiares).
- Prova dos rendimentos do requerente, à data do óbito (esta prova não é necessária caso o requerimento seja apresentado por viúva, companheira, descendentes menores de 21 anos ou incapazes ou ascendentes que viviam em comunhão de mesa e habitação com o falecido).

Pensão de Sobrevivência – documentos a apresentar

Herdeiros Documentos	Cônjuge	Filha(o)	Filha(o) maior estudante	Filha(o) maior incapaz	Divorciada(o), separada(o), companheira(o)	Herdeiros (DL 24046)	Pais, Avós, Netos Órfãos
	Certidão do registo de nascimento actualizada		X	X	X	X	X
Certidão do registo de nascimento do falecido actualizada	X				X	X	X
Certidão de óbito	X	X	X	X	X	X	X
Certidão da sentença que comprove o direito a alimentos à data do óbito					X		
Atestado da Junta de Freguesia da área da residência						X	X
Fotocópia do Cartão de Contribuinte (se ainda não possui cartão de cidadão)	X	X	X	X	X	X	X
Documento de matrícula no ano lectivo			X				
Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão ou da cédula pessoal	X	X	X	X	X	X	X
Declaração do IRS ou documento que a substitua, emitido pelo Serviço de Finanças respectivo						X	X

NOTA: O atestado da Junta de Freguesia destina-se a comprovar:

- O paradeiro dos pais ou que estes se encontram em parte incerta, quando o(s) requerente(s) da pensão for(em) neto(s);
- O elenco dos herdeiros do contribuinte falecido, quando o(s) requerente(s) da pensão for(em) pai(s), avó(s) ou irmã(s) do ex-contribuinte do regime do Decreto-Lei n.º 24.046.

Os filhos e netos que aleguem, como fundamento do pedido, que estão incapazes, serão submetidos a junta médica da Caixa Geral de Aposentações, a qual poderá solicitar os meios auxiliares de diagnóstico que julgar necessários.

Quadro 9 – Observações

Campo destinado a outras informações adicionais.